

DISCURSO, MEMÓRIA E ARQUIVO: SOBRE O (IN)CORRETO NA LÍNGUA PORTUGUESA

DISCOURSE, MEMORY AND ARCHIVE: ABOUT THE (IN)CORRECT ON THE PORTUGUESE LANGUAGE

Denise Gabriel Witzel
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa
Universidade Estadual do Centro Oeste
(denisewitzel@hotmail.com)

Patrícia Cardoso¹
Graduada em Letras Português e Literatura
Universidade Estadual do Centro Oeste
(p_card@hotmail.com)

RESUMO: Pautando-nos na análise do discurso de orientação francesa, refletimos sobre a relação do discurso acadêmico com a construção de um tecido da memória produzido pela circulação de determinado arquivo. Analisamos o funcionamento discursivo da dicotomia do Correto e Incorreto na língua, reverberado em artigos publicados na Revista Letras da UFPR, anteriores à década de 1970. Metodologicamente, mobilizamos os conceitos de enunciado, arquivo e memória discursiva para, então, (re)visitarmos a trajetória histórica que influenciou o comportamento dos estudos linguísticos atuais. Assim, a constante circulação possibilita pensar sobre as amplas séries enunciativas entrecruzadas, contraditórias, que propiciaram a emergência de alguns acontecimentos discursivos que definiram as condições de existências dos enunciados antigos e atuais.

Palavras-chave: Discurso; Memória; Arquivo; Língua portuguesa;

ABSTRACT: Based on the discourse analysis of French order, we reflect upon the relation between the academic discourse and the construction of a tissue of memory, produced by the circulation of a particular file. Therefore, we analyzed the discursive function of the dichotomy of the Correct and Incorrect matter on the language, reverberated in articles published on the Letters Magazine of UFPR, previously to the decade of 1970. Methodologically, we mobilized the concepts of enunciates, archive and discursive memory for, then, (re)visit the historical trajectory which influenced the behavior of nowadays linguistic studies. Thus, the constant circulation enables to think about the wide intersecting enunciative series, contradictory, which propitiated the emergence of some discursive occurrences, which defined the existing conditions of the current enunciates.

Keywords: Discourse; memory; archive; Portuguese language

Inguinorança

Não, leitor, o título acima não está errado, segundo os padrões educacionais agora adotados pelo mal chamado Ministério de Educação. Você pode ter visto que o MEC deu aval a um livro que se diz didático no qual se ensina que falar “os livro” pode.

Não pode, não, está errado, é ignorância, pura ignorância, má formação educacional, preguiça

¹ Bolsista da CAPES e FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA.

do educador em corrigir erros. Afinal, é muito mais difícil ensinar o certo do que aceitar o errado com o qual o aluno chega à escola. (ROSSI. Folha de S. Paulo, 15 mai 2011).

Introdução

À luz de uma perspectiva teórica que se insere na Análise do Discurso de orientação francesa, propomos uma reflexão sobre a relação do discurso acadêmico com a construção de um tecido da memória produzido pela circulação de determinado arquivo.

Metodologicamente, acionamos os conceitos de enunciado e arquivo propostos por Michel Foucault em **A Arqueologia do Saber**. O arquivo, para o autor, é construído a partir da consistência material dos enunciados. Dessa forma, mobilizar tal noção requer se pautar em um aglomerado de enunciados efetivamente produzidos.

Para que possamos determinar alguns trajetos de sentidos, na ordem do enunciável, mobilizamos, igualmente, a noção de memória discursiva presente em textos fundamentais de Jean Jacques Courtine e de Michel Pêcheux.

Seguindo essas considerações, analisamos, a partir de rastros de memória, um percurso temático, produzido pela sequência discursiva do “Correto e Incorreto” na língua, instaurado pela repetitividade do enunciado e reverberado em trabalhos publicados na Revista Letras² da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Nossa incursão incide em artigos acadêmicos anteriores à década de 1970, momento, vale dizer, que a Linguística ainda não era um campo institucionalizado.

Partimos do pressuposto de que a Revista Letras representa um expoente da produção e disseminação de saberes sobre os estudos linguísticos no Brasil, na medida em que foi uma das pioneiras no projeto da pesquisa Linguística e mantém sua periodicidade até os dias atuais. Entendemos, portanto, que os sentidos produzidos nessa materialidade discursiva fornecem um dimensionamento para pensar na atualidade e explicitar o arquivo a propósito do (In)correto na Língua

2 A Revista Letras é uma publicação regular do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Foi criada em 1953 e vem mantendo publicação anual até o número 44, quando passou a ser semestral. Ao longo desses anos conservou a característica básica de publicar artigos e ensaios sobre língua, literatura e linguística em diversas línguas modernas, como o português, o inglês, o francês, o alemão, o espanhol e o italiano. Atualmente aceita também artigos de áreas afins e resenhas de obras editadas nos dois últimos anos. Disponível em: http://www.lettras.ufpr.br/revista_lettras/ Acesso em: 27 fev 2014.

Portuguesa.

Enunciado e arquivo

O enunciado e o arquivo, para Foucault, possuem uma relação de dependência e de hierarquia. Tendo em vista nossa proposta de estudo, o enunciado dará um dimensionamento para explicitar a constituição do arquivo, pois ele:

Não corresponde à estrutura linguística da frase, proposição ou ato de linguagem; não se apoia nos mesmos critérios[...] ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço (FOUCAULT, 2013, p.104-105).

Com efeito, sendo a parte mais elementar do discurso, o enunciado distingue-se da frase, não se submete a uma estrutura fechada gramatical; distingue-se também da proposição, pois não se trata de pensar em algo verdadeiro ou falso; não é um ato de linguagem, porque não há preocupação com o ato material, tampouco com a intenção de quem está realizando esse ato.

Nesse sentido, Foucault (2013) propõe olhar o enunciado como uma função enunciativa, a partir da qual se podem descrever as condições de existência, as regras de aparição e as transformações de saberes produzidas por um sujeito em um lugar legitimado e determinado por regras sócio-históricas. A partir disso, é possível “definir as condições nas quais se realizou o enunciado, e o fazem aparecer como um jogo de posições do sujeito, elemento em um campo (...) da materialidade repetível” (GREGOLIN, 2004, p. 32).

Isso pressupõe pensar na historicidade como um lugar onde se encontra o processo discursivo marcado pela produção de sentidos. Daí não haver “enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha em torno de si, um campo de coexistências” (FOUCAULT, 2013, p.121). Portanto, um enunciado sempre pode se tornar outro, ainda que tenha a mesma materialidade repetível.

Nessa mesma direção, Pêcheux postula que:

(...) todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro. Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (...) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. (2006, p. 53).

Essas observações reafirmam a importância de se pensar o papel da memória vinculado à produção de sentidos e a outros enunciados que podem, por vezes, repetir-se, modificar-se, ou adaptar-se, uma vez que “não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados” (FOUCAULT, 2013, p.119).

O enunciado, desse modo, é uma trama complexa de sentidos que apresenta relações possíveis com o passado permitindo determinar relações entre si, o seu funcionamento e a memória em uma sociedade (GREGOLIN, 2004). Por isso, sob o crivo arqueológico foucaultiano, ele ocupa lugar de suma importância e é fundamental para a noção de arquivo. Se, como dissemos, o enunciado é a parte elementar do discurso, o arquivo é a parte mais ampla.

A palavra arquivo, num primeiro momento, pode suscitar alguns equívocos se olharmos para a sua etimologia. Derivada do latim *archívum*, significa lugar onde se guardam documentos. Em decorrência disso, por anos se pensou no arquivo como um agrupamento de textos, papéis, documentos sobre determinado conteúdo, confundindo-se como algo que preserva uma memória; guarda uma cultura e até mesmo mantém uma identidade.

Novamente, em consonância com as ideias de Foucault, entendemos que o arquivo trata-se:

Da lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. (...) O arquivo não é o que protege, apesar de sua fuga imediata, o acontecimento do enunciado e conserva, para as memórias futuras, seu estado civil de foragido; é o que na própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início, o sistema de sua enunciabilidade. (2013, p. 158).

Foucault atribui ao conceito de arquivo, num primeiro momento, a conexão imediata com o sistema de enunciabilidade. “Porém, ele não propõe uma análise aplainada dos textos para buscar as regularidades e as relações; ao contrário, considera o valor do arquivo não em sua unificação, mas na especificidade de cada texto” (SARGENTINI, 2004, p. 88).

O arquivo não é a representação de uma realidade material ou institucional. Não é, pois, o lugar onde se retiram fatos de maneira referencial, mas um processo de reatualização das configurações dos enunciados.

Sendo assim, o arquivo é o que pode ser efetivamente enunciado, dito ou

escrito, no sentido de ser possível flagrar os sistemas da formação e transformação dos enunciados que se configuram por uma variedade de textos, de um trajeto temático ou ainda de um acontecimento (SARGENTINI, 2004).

Considerando que o acontecimento discursivo não se limita ao fato contado por um poder, um historiador, mas se situa no entrecruzamento englobante de um conjunto de regras que permite o aparecimento e/ou apagamento de certos discursos, propomos, para a presente análise, seguir os rastros de memória que emergem no fio do discurso do enunciado do Correto e Incorreto na língua.

Sobre a memória discursiva

Antes de mais nada, convém assinalar que a memória da qual falamos nada tem a ver com uma preservação de uma cultura ou algo do tipo. Trata-se da memória cujo conceito foi formulado por Jean Jacques Courtine³ a partir do “campo associado” de Foucault. Esse conceito se apoia na ideia de que existe um domínio de memória que permite tanto a repetição como o esquecimento, além do apagamento de certos discursos. Ressalta-se com isso a importância de articular a História e a Linguística destacando a grandeza histórica nas ciências da linguagem e possibilitando analisar as práticas discursivas que constituem um saber de uma época.

Pêcheux (2007, p.52), por sua vez, concebe a memória como aquilo que em “face de um texto surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (...) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível”. Desse modo, é na complexidade entre uma memória e irrupção na atualidade do acontecimento que se dá o “efeito de memória” (COURTINE, 2009).

É, pois, pensando na fluidez da memória que analisaremos um discurso firmado na repetição de uma sequência discursiva. Refletindo, também, sobre o papel da Revista Letras como um discurso acadêmico capaz de inscrever-se num lugar de memória e pensar nos acontecimentos atuais.

3 Courtine, sob a orientação de Michel Pêcheux, articula na sua tese **Alguns problemas teóricos e metodológicos em Análise do Discurso: o discurso comunista endereçado aos cristãos** os procedimentos de Michel Foucault n'A *Arqueologia do Saber* com os princípios metodológicos da Análise do Discurso e introduz, preliminarmente, o conceito de memória discursiva.

Rastros de memória

Inserindo-nos na proposta foucaultiana de que é preciso conhecer o passado para entender o presente, ou, como sublinha o filósofo, é preciso descer para subir de novo (FOUCAULT, 2013), procuramos (re)visitar, ainda que sucintamente, a trajetória histórica do Estudo do Correto e Incorreto na língua, para assim reencontrarmos os não-ditos, “o visto do não visto” que influencia no comportamento dos estudos linguísticos atuais.

(Re)visitando o passado, vemos que nas sociedades primitivas, conforme diz Mattoso Câmara, na sua **História da Linguística**, a linguagem era um fenômeno tão natural e espontâneo que não havia uma preocupação em estudá-la. Entretanto, com passar do tempo, algumas condições, como a invenção da escrita, favoreceram a análise da linguagem. Já, nesse momento, fica clara a relação da linguagem com os fatores sociais e culturais, visto que, foi por meio de uma nova atitude social, de um novo dimensionamento no olhar que ocorreram mudanças nos saberes.

Mattoso Câmara (1975) cita alguns fatores para tais mudanças são eles: (i) a diferenciação de classes (as classes superiores tentam preservar traços linguísticos considerados corretos e que se opõem às classes inferiores); (ii) o contato com comunidades estrangeiras que falam outras línguas estimula à busca do domínio dessas línguas; (iii) comparação da língua atual com as formas linguísticas do passado (referindo-se à Filologia); (iv) desenvolvimento da ciência (linguagem como instrumento do pensamento filosófico e o pensamento se disciplina pelo disciplinamento da linguagem); (v) o estudo das características biológicas que contribuem o uso da linguagem; (vi) o estudo da linguagem na perspectiva da sociedade humana como fenômeno histórico; (vii) o estudo da linguagem na perspectiva de sua função na comunicação social (tentativa de explicar a origem, desenvolvimento através do tempo e seu meio de funcionamento real na sociedade).

De acordo com esses fatores, Mattoso Câmara (1975) classifica os estudos da linguagem em: (i) Pré-Linguística, aquilo que ainda não é uma linguística (Estudo do Certo e do Errado⁴, Estudo da Língua estrangeira e Estudo Filológico da Linguagem); (ii) Paralinguística, que não entra no domínio da linguagem

4 Optamos pelo uso do termo “Correto e Incorreto”, mais à frente, pelo fato dessa expressão estar presente em nosso *corpus* teórico.

propriamente dita (Estudo Biológico e Estudo Lógico da Linguagem); (iii) Linguística propriamente dita (Estudo Histórico e Estudo Descritivo da Linguagem).

No período Pré-Linguístico, na Índia antiga havia uma preocupação com o estudo da linguagem em relação à pronúncia correta dos textos religiosos dos Vedas. Contudo, a principal obra indiana surge mais tarde, com a descrição do sânscrito por Pānini. Esses estudos permaneceram desconhecidos no ocidente até o século XVIII, não tendo, portanto, grande influência no desenvolvimento do estudo científico da linguagem.

A história registrada da linguística vem da cultura grega antiga e tem como principais representantes Platão e Aristóteles cujas reflexões eram de cunho filosófico e lógico. Platão refletiu sobre problemas fundamentais da linguagem. Em um de seus diálogos do **Crátilo**, há um debate sobre o caráter arbitrário da língua, no qual o personagem Sócrates defende o naturalismo, isto é, a existência de uma relação natural entre a forma da palavra e o sentido que ela expressa; por exemplo, as onomatopeias seriam representações naturais da palavra. Em contrapartida, o personagem Crátilo defende o convencionalismo do signo linguístico, entendendo não haver uma razão específica para designar a palavra. Logo, o som não teria relação com o sentido que ela designa. Estabeleceu-se, então, por meio de uma visão filosófica, que não existe uma conexão entre as palavras e as coisas.

As bases da gramática de Aristóteles desenvolveram-se sob um aspecto lógico, segundo o qual a língua é um reflexo da organização do pensamento. Nesse momento, houve uma preocupação em descrever a forma pura e geral do pensamento, resultando na gramática normativa e suas distinções sobre as partes do discurso (substantivo, verbos, partículas).

Ao lado desses estudos encontramos, também, o estudo filológico. Sua tarefa principal era a explanação das produções dos grandes autores literários que eram considerados um modelo de língua a ser seguido como arte de escrever e falar corretamente. Nessa linha de raciocínio, todos que quisessem escrever tinham que, necessariamente, seguir as regras desses autores de obras clássicas. Para estabelecer quais regras e por quais versões de um mesmo texto clássico iriam usar, os gregos criaram a disciplina da Filologia, com o intuito de confirmar a originalidade de um texto, visto que se encontravam distantes do seu tempo. Desse modo, os filólogos valiam-se das regras da gramática, baseadas na definição dos clássicos,

para falar e escrever bem.

No decorrer dos anos, a gramática fixou-se como aquela que determina as formas corretas e as formas incorretas, seguindo os falares eruditos. Por causa desse estudo sobre o “erro clássico” nasceu, na Grécia, a gramática de Dionísio de Trácia.

Os romanos também aplicaram ao Latim as principais conquistas gregas. A necessidade de uma língua única, com o crescimento do Império Romano, fez com que a linha lógica sobre o estudo do Certo e do Errado prevalecesse.

Nessa época, ocorria um conflito entre a língua falada pelas classes rurais e a língua oficial dos superiores, entendida como aquela da “administração, dos negócios, do direito, da erudição e da promoção social” (ROBINS, 1979, p. 35).

A abordagem do Certo e do Errado impõe uma segregação na medida em que elege e determina algumas formas linguísticas em detrimento de outras. Na gramática romana, em especial a de Varrão, a transposição das ideias gramaticais gregas foi tão influente que apresenta resquícios em vários compêndios, que, em suma, elegem a forma elitizada; segmentam o discurso em categorias; consagram o modelo literário⁵.

Feita essa breve, diríamos mesmo brevíssima, (re)visita histórica, vale lançarmos um olhar foucaultiano sobre tal percurso. Na relação inseparável de saber-poder, observamos que os estudos, centrados na dicotomia do Certo e do Errado, ocupam um lugar legitimado nos discursos hierarquizantes e instituem normatizações que desqualificam e silenciam outros saberes. Fazem funcionar, desse modo, uma ordem do discurso que determina o que deve ou não ser dito; o que é certo falar/escrever e o que é errado.

Esse levantamento histórico torna-se relevante para entendermos os delineamentos emergentes, em meio a relações de saber-poder, que sobrepujam o plano da textualidade, permitindo compreender as condições de existência que tornaram possíveis certos agenciamentos de saberes em determinada época e lugar.

5 Em muitas gramáticas ainda se recomenda e até se impõe o uso “correto” das colocações pronominais como exemplo: fá-lo-ei ou dir-lho-ás. Tal fato se deve, em grande parte, à gramática usada pelos romanos.

Correto e (In)correto nos discursos da Revista Letras

Vejamos dois excertos extraídos de antigos artigos em que a questão do Correto e Incorreto irrompe preliminarmente na Revista Letras. O primeiro, intitulado **Um inquérito linguístico por dentro** foi publicado no ano de 1953 por Oswaldo Pinheiro Reis; o segundo texto **Conceito do correto e incorreto na linguagem** foi publicado em 1968 por Mansur Guérios.

Excerto 1:

*A escola, como a temos, guardiã e defensora da língua literária que inculca através de regras gramaticais de nem sempre bem fundada dedução e com a fêrula (não era antigamente risonha e franca?) que lhe castiga os desvios, apodados do nome terrível de erros, contribui para criar um sentimento de desprezo injustificável pelas formas populares. Aqui se fere o combate entre a gramática normativa no que ela tem de intransigente e retrógrado e os princípios elementares da linguística que considera tôdas as manifestações da língua popular como material de primeira ordem, para averiguações e investigações de fenômenos sincrônicos e diacrônicos de uma língua.
(...) De tudo o que se disse, decorrem problemas básicos do ensino da filologia, como entre outros:
a) O conceito de **correto** e de **incorreto** deve ser fixado de um ponto de vista social. (REIS, 1953, p. 183-184).*

Excerto 2:

*Conceito do correto e do incorreto na linguagem
Trata da correção da linguagem, das questões do que se deve ou não se deve dizer, não só a escola, mas ainda e principalmente os gramáticos e puristas, e, não poucas vezes, através da imprensa, essas questões possam a ser discutidas com ênfase, com entusiasmo, e o que é de admirar, têm a simpatia do público em geral, principalmente no Brasil.
Certas revistas de Filologia, principalmente as de outrora, reservavam uma secção para atender a consultas.
- Mas qual é o critério de certeza na linguagem?
O problema é complexo, e os linguistas, que são os mais competentes para discuti-lo, em geral não lhe dão atenção; preferem outros problemas, muitas vezes mais complicados, a tratar do assunto que, é evidente, não é tão só de natureza linguística.
(...) Mas, na verdade, a língua não é expressão do pensamento lógico.
(...) assim, o correto é o que, além de claro, está de conformidade com o meio social-geográfico culto da atualidade, e o incorreto é o contrário – o obscuro, o desvio ou o insulamento dentro dêsse meio na atualidade.
(...) Enquanto na língua falada predomina o lado social ou da coletividade sôbre o individual, na linguagem literária há o predomínio, em regra, do individual sôbre o social. Por isto a linguagem literária é essencialmente pessoal, afetiva e estética. (GUÉRIOS, 1968, p. 3 - 4)*

Observamos, na materialidade desses enunciados, uma tentativa de

desestabilizar as certezas que alicerçavam a fase denominada Pré-Linguística, ou seja, aquela que legitima os falares eruditos em detrimento dos falares coloquiais. Trata-se de um contra-discurso que quer perturbar ou mesmo reverter sentidos provenientes de estudos que insistem em pensar **a escola como guardiã e defensora da língua literária.**

O embate entre os novos saberes linguísticos e a disciplina filológica, notadamente no que diz respeito ao Correto e Incorreto na língua, começa timidamente a ganhar dizibilidade e visibilidade no espaço acadêmico na década de 1950. Irrompem, nesses excertos, discursos que vão de encontro com as práticas tradicionais cujo estatuto sócio-profissional e científico dedicado à Linguística era, exclusivamente, o trabalho dos pesquisadores/filólogos. Tais pesquisas voltam-se para composições de grande erudição sobre o português, confundindo-se com estudos de cunho literário (ALTMAN, 2004).

O discurso que cliva o Correto e o Incorreto abre “para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória” (FOUCAULT, 2013, p. 31-32). Que memória? Justamente essa que arquiva enunciados formulados no cerne dos trabalhos filológicos realizados ao longo dos tempos.

Conforme vimos em nosso esboço histórico, as discussões em torno da linguagem e as tentativas de imposições de uma variedade linguística sobre a outra são fatores antigos. Não por acaso, a legitimidade de determinados saberes vai se constituindo historicamente por meio de exercícios de poder e de autoridade daqueles que se inscrevem num espaço privilegiado.

Diante do que foi exposto, atentamo-nos pelo fato de que a formação da gramática sofreu (e sofre) forte influência dos estudos relacionados à Antiguidade, **inculca[ndo] regras com a férula que lhe castiga os desvios, apodados do nome horrível de erros, contribui para criar um sentimento de desprezo pelas formas populares.**

Esse enunciado retoma memórias que persistem em pensar na gramática, e por assim dizer, nos compêndios, manuais de ensino como veículos de explicações lógicas e filosóficas sobre a língua. Não raro, eles consideram algumas formas linguísticas, geralmente, aquela que imita os clássicos literários, deixando de lado os outros falares.

A gramática normativa, combatida nos excertos, resgata memórias que

toma a língua como expressão do pensamento, isto é, quem se expressa bem, pensa bem. Essa visão tão vivamente combatida nos fragmentos leva em consideração um procedimento dogmático e prescritivo que não prevê a língua como um fator social e, muito menos, **considera todas as manifestações da língua popular como material de primeira ordem.**

Examinando as condições de existência dos enunciados em que a Linguística era um campo ainda em surgimento, notamos discursos que tentam romper com os estudos arraigados em saberes **puristas**. Flagramos, assim, pelas redes de memória, um sistema de formação que quer reconstruir o **critério de certeza da linguagem** e não mais pensar na língua como expressão do pensamento, mas pensá-la também no âmbito social.

Considerações finais

Partindo do princípio de que a memória é saturada e lacunar e que é possível sempre repetir, lembrar e esquecer (COURTINE, 1999) a epígrafe do nosso trabalho alimenta e intensifica os trajetos percorridos nesta pesquisa.

O enunciado denominado **Inguinorância** surge num momento de grande discussão sobre um livro didático de língua portuguesa destinado à educação de jovens e adultos que autorizava o uso de formas supostamente erradas. Tal fato foi suficiente para que se deflagrasse uma onda de protestos por parte daqueles que mantêm a ideia de uma única língua correta.

Desconsiderando as discussões e polêmicas, ressaltamos a repetição na atualidade da noção do que é Correto e Incorreto na língua e a incessante retomada de valores filológicos. Embora se tenha passado por um longo processo de legitimação da Linguística, ainda existem, na atualidade, embates discursivos que insistem em privilegiar a língua padrão culta em detrimento das outras variedades.

Diante dessa breve análise, importa dizer que o arquivo tratado aqui não está fechado, muito pelo contrário, está sempre em construção com possibilidades de novas outras ocorrências. Nosso trajeto temático não pôde ser explorado com profundidade, todavia, com os levantamentos reverberados acreditamos que foi possível flagrar um sistema de alta enunciabilidade do termo do Correto e Incorreto na língua portuguesa.

Por fim, ao (re)visitarmos o passado, podemos olhar a relação do discurso acadêmico com a construção da memória, na qual a retomada insistente da expressão Correto e Incorreto abre brechas para pensarmos sobre a complexidade do tema produzido por uma memória que determina a ordem dos enunciados. Essa constante circulação possibilita refletir sobre as amplas séries enunciativas entrecruzadas, contraditórias, que propiciaram a emergência de alguns discursivos que definiram as condições de existência dos enunciados antigos e atuais.

Referências

ALTMAN, C. **A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 1998.

COURTINE, J. J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

_____. O chapéu de Clementis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. Tradução de Marne Rodrigues de Rodrigues. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (org.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Asgra Luzzatto, 1999. p. 15 – 22.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

GREGOLIN, M. do R. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. M. **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004, p.23-44.

GUÉRIOS, R.F.M. Conceito de correto e do incorreto na linguagem. **Revista Letras**. [on line]. Curitiba, v16, n 16, p.3 – 16, 1968. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/letras/article/view/19806> . Acesso em: 27 fev. 2014.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

REIS, O. P. Um inquérito linguístico por dentro. **Revista Letras**. [on line]. Curitiba, v.1, n1, p.183 - 189, 1953. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/letras/article/view/20086> . Acesso em: 27 fev 2014.

ROSSI, C. Inguinorância. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 15 mai. 2011. Disponível

em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1505201103.htm>. Acesso em: 27 fev 2014.

SARGENTINI, V. M. O. A descontinuidade da história: a emergência dos sujeitos no arquivo. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P.M. **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004, p.77-96.

Recebido em 28 de fevereiro de 2014
Aprovado em 05 de outubro de 2014